

Nota da Frente Estudantil Contra a EaD USP-RP

A Universidade de São Paulo (USP) vem passando por um longo processo de sucateamento e privatização do ensino. O corte massivo de investimentos reflete tanto na estrutura física da universidade como nas pesquisas, devido decrescimento de contratações de funcionários e docentes e compra de equipamentos laboratoriais. No período da pandemia, os funcionários do campus foram esquecidos e desprezados, colocados para trabalhar em condições inadequadas, chegando a levar dois a óbito.

A reitoria da USP publicou a [portaria GR nº 763 9, de 22 de maio de 2020](#), orientando o corte de 25% dos contratados dos serviços terceirizados, colocando centenas de trabalhadores na situação de desempregados (POR NENHUMA, 2020).

Porém, antes dessa portaria, já se vinha reduzindo o seu números de funcionários, o que não era diferente no campus de Ribeirão Preto. O que causa sobrecarga nos turnos de trabalho dos que permanecem, deixando alguns departamentos sem as condições necessárias para o funcionamento.

Não contentes com o ataque aos funcionários do campus, a reitoria lançou a [resolução nº 7955, de 5 de junho de 2020](#), que suspende a realização de concursos públicos para professor doutores e professores titulares até dezembro de 2021. A USP, desde de 2014, perdeu mais de 750 docentes efetivos. Alguns cursos estão funcionando de forma precária, um exemplo é o curso de Bacharelado em Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI) que precisa de no mínimo 15 docentes para funcionar corretamente e atualmente consta com apenas 9 docentes.

A Adusp (Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo) já se posicionou a respeito: “*Nos últimos três anos, de acordo com o jornal, 73 professores pediram exoneração e outros 70 solicitaram afastamento não remunerado. Oportunidades em outras instituições do Brasil e do exterior, aumento da pressão produtivista e precarização das condições de trabalho são alguns dos fatores apontados para justificar o crescimento do número de pedidos*” (USP, 2020).

O desmonte da USP, causada pelos reitores que ocupam os cargos, a mando dos governadores alinhados a políticas do MEC, vem sendo usado como desculpa para a privatização. A falta de estrutura tem um propósito sólido e já bem

esquematizado: sucatear o ensino, diminuindo a qualidade. Esse sucateamento é um ataque a educação pública, aos estudantes e aos trabalhadores. **É um ataque ao povo!**

A história da privatização e precarização das Universidades Brasileiras.

A precarização e privatização das universidades públicas brasileiras não se iniciou com governo Bolsonaro e seus Ministros da Educação, mas historicamente 30 anos atrás. Mais precisamente em 1989, quando ocorreu o “Consenso de Washington”, realizado nos Estados Unidos, onde reuniu instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) e o Departamento de tesouro dos Estados Unidos. No encontro, 10 medidas foram aprovadas para serem aplicadas com o objetivo de “acelerar o desenvolvimento” de vários países da América Latina e do Caribe. Essas medidas visavam ampliar a dominação imperialista sobre estes países.

O processo de privatização continuou em 1995, o BM e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) publicaram documentos a fim de incentivar ainda mais as privatizações e a expansão do EaD. Dois anos depois, foi aprovado no Brasil a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação ([LDB/9394/96](#)), data que o EaD passa a integrar oficialmente as políticas educacionais do país. Estes fatores ocasionaram uma rápida expansão dessa modalidade de ensino no setor privado do país, por intermédio da LDB, Levando em 2001, a criação do Plano Nacional de Educação (PNE), que incluiu 22 metas para a modalidade EaD.

Em 2001, cria-se o programa federal de Financiamento Estudantil (Fies). O governo passou a ceder empréstimos para financiar a graduação no Ensino Superior privado. Este programa endividou vários estudantes. Entre 2010 e 2020, 3 milhões de estudantes foram contemplado pelo Fies, destes, 2.8 milhões ainda estão em débito com a União.

O Programa Universidade para Todos (ProUni), criado em 2004, [lei nº 11.096, de 13 de jan. de 2005](#), com o objetivo de conceder bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação em instituições privadas de ensino superior. Neste

programa, o governo federal, ao invés de utilizar o recurso público para investir nas instituições de ensino públicas passou a pagar às instituições privadas de ensino pelas bolsas, através do incentivo fiscal.

Em 2005, foi criado o [decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005](#), que regulamentou o EaD no país, proporcionando o aumento, entre 2005 e 2006, de 184% no número de cursos autorizados para a modalidade à distância e de 171% no número de IES (Institutos de Ensino Superior) (A TRAGÉDIA, 2020)

Em 2011, BM e a Sociedade Financeira Internacional reforçam o incentivo ao ensino privado. Intensificado em 2014, quando o Conselho Nacional de Educação (CNE) e a UNESCO publicaram um [documento técnico](#) para avaliar a implementação da EaD no Brasil entre 2002 e 2012, em específico ao curso de formação de professores.

Em 2016, passa a ser permitido que 20% da carga horária (MEC FLEXIBILIZA, 2019), de qualquer curso superior, aconteça por EaD. No mesmo ano, o Conselho Nacional de Saúde (CNS) lançou a Resolução nº 515 posicionando contrário a graduação em EaD de qualquer curso da área de saúde (A TRAGÉDIA, 2020).

Entre 1980 a 1998, o aumento das matrículas do ensino superior público foi de 63,49% e no privado foi de 49,28%. O que inverteu após a aprovação da LDB 9394/96, sendo que, de 1998 a 2016, o crescimento das matrículas do ensino superior público foi de 147,5%, enquanto que da rede privada foi de 348%.

Desde o início do processo privatista , que aconteceu na década de 1990, e até seu andamento chegando em 2016, os dados que são apresentados refletem o “sucesso” de todas as medidas governamentais implementadas.

No ano de 2017, em um documento do Grupo Banco Mundial lança um documento denominado “[Um Ajuste Justo – Análise da Eficiência e Equidade do Gasto Público no Brasil](#)” propunha para as universidades públicas “buscar recursos em outras fontes ”. Ainda no mesmo ano, o MEC lança o [decreto nº 9057](#), que flexibiliza as regras para abertura de cursos ofertados por instituições privadas, eliminando exigências e favorecendo a sua implementação.

Dando andamento a política de mercantilização do Ensino Superior, o MEC divulgou uma [portaria n° 2.117, de 6 de dezembro de 2019](#) permitindo que até 40% da carga horária dos cursos superiores presenciais possa ser ofertada na modalidade EaD.

Já no ano de 2019, houve o [corte de 5.839 bilhões do Orçamento Federal para Educação](#), pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes. O corte significou redução de 30% do orçamento para as Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) . No mesmo ano, foi proposto pelo MEC às universidades o projeto Future-se, que propunha às instituições buscarem, na iniciativa privada, financiamento por meio de captação de recursos próprio. O projeto foi rejeitado pelas maiorias das universidades.

Com os dados apresentados fica evidente a quem serve a ampliação do Ensino à distância: aos grandes oligopólios privados. A educação no Brasil se reduz à mera mercadoria, tendo seu capital aberto na bolsa de valores. Os projetos para educação sempre com influência externa, influência do imperialismo (principalmente a dos Estados Unidos) têm como parte do capital oriundo de grupos estrangeiros. Não há melhora no ensino, apenas a destruição com cortes de verbas e queda de qualidade. Lutar contra EaD é Lutar contra a Precarização!

A EaD sendo usado como solução para precarização da Universidade.

A forma com que está sendo implementada a EaD, nomeada como ensino remoto ou atividades remotas, é antidemocrática. É um ataque a qualidade de ensino; a saúde mental dos docentes, discentes e dos funcionários e, a autonomia da universidade. A implementação se concretizada leva a um caminho sem volta para a privatização das universidades públicas. **EaD não é a solução e sim a precarização!**

Por falta de estrutura na universidade, causada propositalmente, a EaD foi sendo apresentada como solução mais viável. Grupos que fazem o ensino virarem mercadoria como Anhanguera, Estácio, Kroton Educacional da Rede Pitágoras e Uninove (entidades que representam os monopólios educacionais), são os maiores apoiadores e investidores da implementação dessa modalidade nas IES. Pois reduz

a contratação de professores, funcionários e, consequentemente, com gastos em estrutura física. Essas organizações já possuem uma plataforma de aulas prontas que levariam a privatização da universidade, como é o caso da Pearson prestando serviços à Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP).

Atendendo as necessidades das grandes empresas e corporações, suprindo-os de mão de obra barata, surge como forma de massificação da educação a EaD como promessa de formação aligeirada e tecnicista, baseada nas habilidades e competências. A EaD reduz o papel do professor e o expropria do processo produtivo, ou seja, torna o trabalho docente alienado ao considerar o esvaziamento do seu conhecimento. Representando o fim da autonomia universitária. A forma mercadológica se apresenta no setor público, desqualificando o processo educativo, não reconhecendo enquanto processo de apropriação da produção humana culturalmente desenvolvida ao longo da história.

O pressuposto fundamental da elaboração científica, independente da área: exatas, humanas ou biológicas; é o debate. E, sem ele, prevalece uma única linha de pensamento, em total submissão do Governo Federal/Banco Mundial. É nisto que reside o pragmatismo: o fim da produção científica nacional(A TRAGÉDIA, 2020). O conhecimento desenvolvido nas universidades brasileiras fica a serviço das corporações internacionais. A atual pandemia causada pelo SARS-CoV-2 escancara essa barbárie e o prejuízo em não produzir conhecimento científico a serviço do povo e da nação: falta de EPI's, respiradores, leitos, e milhares de mortes.

A implementação da EaD na USP-RP no contexto da Pandemia.

Com a adesão das atividades remotas, os estudantes desde o início denunciaram os problemas e dificuldades que teriam. Problemas com a conexão, falta de um ambiente de moradia adequado para estudar, dificuldades de concentração e preocupação com a saúde mental. Há, também, a problemática do acúmulo de tarefas das quais os estudantes se responsabilizam dentro de casa, principalmente as mulheres que lidam com duplas, triplas e até mesmo quádruplas jornadas de trabalho (NÃO ACEITAREMOS, 2020).

Após a implementação o caos se instalou na universidade; o número de trancamentos aumentou, alunos largaram a faculdade, a falta de concentração se instalou, houve uma enorme dificuldade em aprender, em acessar os conteúdos, uma grande perda da qualidade das aulas e uma sobrecarga nos discentes e docentes. Professores, alunos e funcionários denunciaram em seus departamentos, levando suas opiniões e posicionamentos. Em resposta, os professores foram ameaçados de serem exonerados e os alunos só tiveram uma opção: o trancamento.

A reitoria adotou um lema absurdo “A USP não vai Parar”(jornal da usp), não levando em consideração a situação da comunidade uspiana. Não parar, só agravou ainda mais os problemas que a USP vinha passando.

A EaD acarreta vários problemas, a impossibilidade de proporcionar diversas atividades de extrema importância na formação do estudantes as quais a universidade presencial pode proporcionar com cursos de extensão, seminários, atividades culturais, aulas práticas em laboratórios e debates.

A única preocupação foi em disponibilizar computadores e chips de internet, ação isolada que é insuficiente para garantir as condições de os estudantes obterem um ensino de qualidade de maneira remota. O ambiente de moradia também deve favorecer o processo de ensino aprendizagem na modalidade Ead e sabemos que o ambiente de moradia não é adequado, sobretudo para os estudantes de baixa renda, onde uma moradia silenciosa e isolada é algo inexistente (NÃO ACEITAREMOS, 2020).

O DCE da USP-RP até agora não se pronunciou, não puxou uma assembleia, não fez uma ouvidoria. Só apareceu para pedir voto e só voltaremos a vê-los com o mesmo propósito.

A implementação da EaD na USP-RP é a continuação, forçada, do projeto de privatização, que já acontecia antes do período pandêmico, já se faz pauta de discussão para efetivação no pós-pandêmico. O ensino emergencial, no momento atual, é só uma desculpa para continuar projeto de desmonte da educação pública.

Posicionamento da Frente Estudantil Contra a EaD USP-RP.

Não será parados que nós vamos defender a universidade pública, mas sim com a união e com a combatividade dos estudantes e comunidade. Defendendo com unhas e garras. Os estudantes não podem aceitar concluir o semestre a qualquer custo nesse formato precário como única alternativa. Temos que lutar pela autonomia universitária e valorizar a tríade: Ensino, Pesquisa e Extensão. Ainda mais na atual conjuntura em que estamos vivenciando. Deveríamos estar pesquisando, desenvolvendo novos jeitos de ajudar a população. Problematizando a situação, colocando em discussão a crise sanitária, a falta de investimento, e consequentemente, a falta de estrutura dos hospitais públicos e o desemprego em massa da população.

Educação é questão de relevância pública, não sendo reduzida a mera reprodução e memorização de conteúdos. Por não serem espaços de mercantilização, as IES não podem ser consideradas centros de distribuições de certificados e diplomas.

As universidades deveriam estar fazendo discussão sobre os vários problemas que as cercam e derrubando os seus muros. Ajudando a população nesse momento de crise. Produzindo álcool em gel, máscaras, ajudando os alunos secundaristas em seus estudos, nos colocando à disposição para a população. Colocar a universidade a serviço do povo. Os alunos, funcionários e os docentes devem se juntar e lutar contra o EaD, contra a privatização. Em defesa da universidade pública e de um ensino de qualidade. A luta contra a efetivação da EaD é de interesse de todo o povo.

A implementação da EaD, é apenas de interesse econômico e mercadológico. Serve ao velho estado, para desarticular a luta combativa estudantil, que denuncia e enfrenta as classes dominantes parasitas de nosso país. Diante do cenário que foi exposto, defendemos o cancelamento do semestre e nos posicionamos de forma contrária a implementação antidemocrática do EaD na USP-RP. **Convocamos todas e todos: estudantes, funcionário e docentes a se unirem nessa luta.**

REFERÊNCIAS

A TRAGÉDIA anunciada do EaD: Lutar contra o EaD é lutar contra a privatização da Universidade Pública. **ExNEPe**, [s. l.], 22 jun. 2020. Disponível em:

<https://exnepeblog.files.wordpress.com/2020/07/manifesto-do-caeq-a-tragc3a9dia-anunciada-do-ead.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2020.

POR NENHUMA demissão de Funcionários Terceirizados da USP! **Sintusp**, São Paulo, [22 jun. 2020]. Disponível em:
http://www.sintusp.org.br/2013/files/manchetes/2020/junho/manifesto_e_apresentao.pdf. Acesso em: 17 ago. 2020.

NÃO ACEITAREMOS as Ades! [SP] Centro Acadêmico de Pedagogia da Unifesp lança contra aprovação de Ead! **ExNEPe**, [s. I.], 10 jun. 2020. Disponível em:
<https://exnepe.org/2020/06/10/sp-centro-academico-de-pedagogia-da-unifesp-lanca-nota-contra-aprovacao-de-ead/>. Acesso em: 17 ago. 2020.

MEC flexibiliza limite de ensino à distância em curso superior presencial **ExNEPe**, [s. I.], 24 dez. 2019. Disponível em:
<https://exnepe.org/2019/12/24/mec-flexibiliza-limite-de-ensino-a-distancia-em-curso-superior-presencial/>. Acesso em: 17 ago. 2020.

USP perde mais de 750 docentes efetivos desde 2014, e aumento dos pedidos de desligamento voluntário é destaque em reportagem da Folha de S. Paulo. **Adusp**, São Paulo, 31 mai. 2020. Disponível em:
<https://www.adusp.org.br/index.php/produtivismo/3541-usp-perde-mais-de-750-docentes>. Acesso em: 17 ago. 2020.